**Processo de alfabetização e BNCC: considerações sobre a perspectiva de alfabetização discursiva**

Sérgio Rafael Barbosa da Silva (FME-Niterói)

Welison Monteiro de Araújo (ProPEd-UERJ)

Resumo

O objetivo deste trabalho é refletir sobre o processo de alfabetização e a forma como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) trata do ensino da língua escrita. Para cumprir o objetivo proposto, iremos apresentar aspectos da perspectiva de alfabetização discursiva. Compreendemos que o processo de alfabetização implica leitura e escritura entendidas como momentos discursivos. Consideramos que a perspectiva da alfabetização discursiva mantém relação com a concepção de linguagem como interação. Desse modo, a concepção da linguagem como processo de interação situa-a como um lugar de ação humana mediada pela produção de sentidos entre os interlocutores, que são sujeitos que ocupam lugares sociais, em uma dada situação e em um contexto sócio-histórico e ideológico (GERALDI, 2003).

Palavras Chaves: BNCC, processo de alfabetização, alfabetização discursiva, discurso

Resumo Expandido

O objetivo deste trabalho é refletir sobre o processo de alfabetização e a forma como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) trata do ensino da língua escrita. Para cumprir o objetivo proposto, iremos apresentar aspectos da perspectiva de alfabetização discursiva. Compreendemos que o processo de alfabetização implica leitura e escritura entendidas como momentos discursivos. Consideramos que a perspectiva da alfabetização discursiva mantém relação com a concepção de linguagem como interação. Desse modo, a concepção da linguagem como processo de interação situa-a como um lugar de ação humana mediada pela produção de sentidos entre os interlocutores, que são sujeitos que ocupam lugares sociais, em uma dada situação e em um contexto sócio-histórico e ideológico (GERALDI, 2003).

Em 2017, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento normativo que descreve as habilidades e competências que o estudante brasileiro deve desenvolver em cada modalidade da educação básica. Quando trata da alfabetização, a referida lei propõe o trabalho com multiletramentos, com as unidades linguísticas que compõem a estrutura da língua portuguesa e a necessidade de investigar as condições socioeconômicas, culturais e de letramento das famílias dos alfabetizandos.

Quando a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) propõe pensarmos o processo de alfabetização lançando mão de metodologias que restringem alfabetizar a formação de uma consciência fonológica, com orientação pedagógica para a apropriação da língua portuguesa na modalidade escrita e falada, consideramos que as interações realizadas ficam restritas a memorizaação e a repetição, em geral, de sílabas e famílias silábicas. Sendo assim, a consciência fonológica por si só não atingiria os objetivos discursivos e de prática social que os diferentes gêneros textuais possuem em situações comunicativas em que a criança está inserida.

Trabalhar a consciência fonológica no processo de alfabetização, ou qualquer metodologia restrita a utilização da consciência fonológica, como competência exclusiva que se constitui como conteúdo curricular correto para alfabetizar, não pode significar treinar, mas sim criar, proporcionar reflexões sobre as palavras, considerar os dilemas sociais, culturais e afetivos que aparecem nas interações dentro da sala de aula cada vez mais aprofundadas com o objeto de conhecimento, no caso da alfabetização, a língua escrita.

Smolka (2012**)** afirma que quando as crianças começam a escrever o que pensam, o que querem dizer, contar, narrar, elas escrevem fragmentos do discurso interior, porque encontram um sentido para escrever e, ao escreverem, vão enfrentando o desafio da representação fonológica e ortográfica de nossa língua. Desse modo, o aluno “não meramente ‘grava’ fonemas e grafemas, não meramente realiza cópia ou repetição, mas processa, elabora esse conhecimento dinamicamente, discursivamente” **(**SMOLKA, 2012,p. 84).

Entendemos que o processo de alfabetização na perspectiva da alfabetização discursiva libera a força do discurso represada pela repetição e memorização de sílabas. As crianças são desafiadas e impulsionadas para lidar com as palavras e os textos, sem terem medo de arriscar, podendo trilhar pelos caminhos da curiosidade. A perspectiva da alfabetização discursiva implica assumir que o processo de alfabetização é formado por episódios dialógicos, em situações de comunicação que remetem ao contexto social das crianças.

Ao considerarmos as propostas para o processo de alfabetização presentes na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), julgamos ser importante pensarmos que a linguagem tanto é constituída pelos sujeitos que interagem por meio dela, quanto é constitutiva desses mesmos sujeitos, veiculando valores que são elaborados e reelaborados por estes nas interações, sendo, portanto, ideológica. Desse modo, a linguagem é histórica e social, sendo construída nos usos, uma vez que os sentidos são construídos num processo de interlocução entre os sujeitos que produzem o discurso e os sujeitos que leem/escutam.

Nesse sentido, entendemos que a linguagem é a capacidade humana de interação, tendo em vista não apenas a expressão de sentimentos, a manifestação de desejos e opiniões, a troca de informações entre diferentes culturas, mas também como uma forma de o sujeito agir, atuar sobre o outro e sobre o mundo (GERALDI, 2003).

Ancorar o processo de alfabetização nesta concepção de linguagem pretende não apenas levar a criança ao conhecimento da gramática, mas, sobretudo, desenvolver sua capacidade de refletir, de maneira crítica, sobre o mundo que a cerca e sobre a utilização da língua escrita como recurso para a interação social (SMOLKA, 2012). A reflexão linguística é feita a partir da compreensão, da análise, da interpretação e da produção de textos verbais, considerando seu contexto de produção, as diferentes situações de comunicação, os gêneros e a intenção de quem os produz. Essa posição não pressupõe abandonar o ensino gramatical, mas abordá-lo de maneira contextualizada, buscando revelar suas implicações na produção dos múltiplos sentidos.

Tratar do processo de alfabetização implica pensar algumas questões, por exemplo: Por que ensinamos determinados conteúdos curriculares e nunca ensinamos conhecimentos e saberes não previstos no currículo? Por que só consideramos nas avaliações escolares que as crianças respondam o esperado e o previsto pelos professores? Toda atividade desenvolvida em sala de aula, no decorrer da alfabetização, implica uma metodologia de ensino articulada a uma opção política, o que envolve uma compreensão e interpretação da realidade e uma perspectiva de linguagem.

Nesse sentido, é possível argumentar sobre a potência de ancorar as práticas de ensino da leitura e da escrita a partir de uma perspectiva de linguagem como forma de interação. Neste caso, mais do que instrumento de transmissão de informações, a linguagem é vista como lugar de interação humana. Baseados em Goulart (2017), afirmamos que a perspectiva do discurso é importante para pensarmos a alfabetização, pois, muito mais do que letras, palavras e sons, o discurso é uma forma de constituição de sentidos e de seus modos de produção, histórica e culturalmente construída na ação coletiva e individual dos sujeitos com outros sujeitos e com outros tempos-espaços (GOULART, 2017). A perspectiva de alfabetização discursiva, ancorada nessa concepção, pretende alcançar o desenvolvimento da capacidade de refletir, de maneira crítica, sobre o mundo que o cerca e, em especial, sobre a utilização da língua como recurso para a interação social.

Dessa maneira, compreendemos a importância da literatura na alfabetização. Na obra literária, o outro está presente de forma assumida no discurso, seja do autor, que abre seu discurso ao outro, seja na presença de outras vozes como a do narrador e dos personagens, que se desdobram em vozes de inúmeras facetas, memórias e papéis (SMOLKA, 2012).

Portanto, pensar o processo de alfabeização proposto pela BNCC por meio da perspectiva de alfabetização discursiva nos leva a entender a importância de existir espaço para a autoria das crianças nas propostas de produção textual. Nesse sentido, baseado em Smolka (2012), partimos do pressuposto que existe a emergência do discurso na escrita inicial, considerando que a palavra transforma e redimensiona a ação humana. “*Nessa perspectiva, então, não é o ‘pensamento individual que se insere na realidade objetiva e comum’, mas é a realidade social e funcional da ‘palavra’ que, entre outras coisas, constitui a subjetividade*” (SMOLKA, 2012, p. 89, grifos no original). Conforme Smolka (2012), entendemos que o discurso interior das crianças traz as marcas do discurso social e que a literatura infantil e as histórias em quadrinho proporcionam diálogos pertinentes para o processo de escritura porque proporcionam o fluir do significado.Ou seja,as propostas de produção textual precisam contemplar as palavras ditas pelos alunos em vários momentos de leitura realizados em sala de aula. Em seu planejamento pedagógico, os professores precisam levar em consideração que a escrita exige “*a estruturação deliberada do fluir do significado*” (SMOLKA, 2012, p.92) e que a autoria da produção textual dos alunos emerge de processos em que as relações entre a linguagem falada e a linguagem escrita começam a ser percebidas pelas crianças e realçadas pelas práticas educativas realizadas no cotidiano escolar.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2017.

GERALDI, W. (Org.). *O texto na sala de aula*. 3. ed. São Paulo: Ática, 2003.

GOULART, C. M. A; SANTOS, A. P. Estudos do discurso como referência para processos de alfabetização em perspectiva discursiva. In: GOULART, C. M. A.; GONTIJO, C. M. M.; FERREIRA, N. S. A. *A alfabetização como processo discursivo: 30 anos de A criança na fase inicial da escrita*. São Paulo: Cortez, 2017.

SMOLKA, Ana Luiza. *A criança na fase inicial da escrita*. São Paulo: Cortez, 2012.